



Gentios, calhambolas e vadios na construção de alteridades e identidades no sertão do Campo Grande no século XVIII*

Daniella Santos Alves **

Prelúdio

O presente trabalho é um ensaio fruto de uma dissertação de mestrado ainda em curso que pretende estudar parte de uma bibliografia e da documentação histórica do século XVIII referente à região do atual Triângulo Mineiro, norte de São Paulo e sul de Goiás, com vistas a contribuir para a reconstituição do panorama histórico-etnográfico do contato entre índios e negros fugidos da escravidão. Objetivamos pôr em relevo uma intricada teia de identidades e alteridades no âmago das coexistências e das sucessões espaço-temporais entre os Jê meridionais tratados na documentação como “Cayapo¹”, no estabelecimento de uma complexa rede de identidades e alteridades com os negros do Quilombo do Ambrósio e os desclassificados sociais sob a alcunha de vadios.

O recorte temporal aqui estabelecido compreende o primeiro, segundo e parte do terceiro quarto do século XVIII. As linhas históricas que vão delinear essa conjuntura serão marcadas pelo contato entre – negros, índios e frente colonizadora – a partir do interesse na abertura de picadas e caminhos rumo a região aurífera do centro-oeste brasileiro. Nesse itinerário, a passagem pelo sertão da Farinha Podre – atual Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sul de Goiás – que esteve sob jurisdição da capitania de Goiás até 1816, era uma constante na vida colonial (GIRALNDIN, 1997; LOURENÇO, 2015).

Munidos por uma leitura antropológica almejamos abrir espaço para a constituição de uma nova perspectiva sobre as relações entre índios e negros em suas respectivas formas de representação e ação. Ao mesmo tempo, essa mesma leitura deve contribuir para o mapeamento de uma faceta de um complexo e rico sistema de



encontros e intersecções culturais entre diferentes etnias e sujeitos históricos e, assim, contribuir para preencher a lacuna sobre a etnologia e história das culturas na região.

Pretende-se também contribuir para romper com estereótipos, estigmas e concepções, de certa maneira, errônea sobre a perspectiva na qual foi, e ainda são inseridos índios e negros. Essas etnias são tratadas pelas literaturas científicas como excludentes entre si, mesmo tendo historicamente, compartilhado experiências (CARVALHO; REESINK, 2011). A relevância científica desse estudo encontra-se nesse aspecto capital: aproximar pesquisas que, por muito tempo, estiveram afastadas, ignoradas, emudecidas e silenciadas por uma hegemonia política branca. Para isso, faz-se imprescindível um diálogo entre duas áreas do conhecimento, que ficaram por muito tempo apartadas: Antropologia e História.

Do ponto de vista teórico e metodológico, este trabalho apoia-se, sobretudo, no antropólogo Marshall Sahlins (2008) e no historiador Carlo Ginzburg (2006; 1989), haja vista, que ambos elucidam, substancialmente, esse diálogo interdisciplinar entre Antropologia e História. O historiador analisa, por exemplo, em seu conhecido trabalho – *O queijo e os vermes* – um longo processo da inquisição contra um moleiro do Friuli na Itália do século XVI.

Por meio desses processos, ele reconstrói e reconstitui o modo de vida e a visão de mundo de um homem comum, portanto descobre nos documentos uma alteridade perdida que o processo inquisitório quis apagar (2006). Para empreender essa análise, Ginzburg salienta a necessidade de conhecer os resíduos factuais, indícios e pistas, num exercício que permite ir dos vestígios a quadros e mosaicos completos (1989). Com base nisso, por meio do paradigma indiciário que propõe esse autor, é possível compreender nos meandros, nos caminhos do dito ao não dito, uma leitura dos documentos oficiais para conhecer a perspectiva de índios e negros.

Por sua vez, Sahlins (2008), também com base numa documentação, a do capitão Cook e de sua tripulação quando aportaram no século XVIII no Havaí, observa e pondera mudanças históricas e estruturais nas relações de contato entre os havaianos. Sua primeira proposição é a de que a história é culturalmente ordenada, isto é, num primeiro momento “a história é organizada por estruturas de significação” (SAHLINS,



2008, p. 27). Porém, num segundo momento, o choque do contato instaura novos elementos que permitem a transformação das estruturas simbólicas. Assim, tal como a história é culturalmente ordenada, a cultura também é historicamente determinada.

Nesse sentido, o estudo sobre as relações históricas de contato entre índios e negros deve incorporar um misto de cultura e história. Há, de um lado, uma preocupação antropológica em entender como figuravam nas representações, nas lógicas de comparações e nos modos de ação dos Kayapó meridionais e dos negros fugidos da escravidão, as alteridades com as quais estavam em contato no século XVIII. Mas, coexiste uma preocupação histórica, afinal, se objetiva buscar pistas de como esses contatos afetaram suas lógicas e suas ações com seus diferentes outros.

Gentios, Calhambolas e Vadíos na formação de uma rede de alteridades

Durante esse período, iniciado, sobretudo nos anos de 1722-1725 (LOURENÇO, 2015; GIRANDIN, 1997; BARBOSA, 1972; MANO, 2015) os governos de São Paulo e Goiás com o interesse de deixar livre e fiscalizada essa região para a extração de minério organizaram frentes de expansão. As expedições ao adentrarem pelo Triângulo Mineiro, então sertão da Farinha Podre, se deparam com populações que cá faziam morada, dentre elas se encontra o “gentio Cayapó”². A primeira menção a esse etnônimo aparece em 1723 pela descrição do bandeirante Antônio Pires de Campos, justamente nos documentos que procederam à conquista dos caminhos de São Paulo à Goiás. Esses indígenas, tal como tantas etnias que compõe o amplo quadro etnográfico brasileiro tem características peculiares. Por inserirem no tronco linguístico Macro jê não tinha como expressão vocabular a língua (tupi), faziam uso do tacape, se relacionavam com o mundo exterior por intermédio da predação e portanto não se entregavam a dominação de *outrem*. (MANO, 2012; GIRALDIN, 1997; TURNER, 1992).

Todos esses fatores, em conjunto, inseriram esse segmento dentro do imaginário colonial como nações traiçoeiras e bárbaras passíveis de ataque e dizimação (MONTEIRO, 1994). O que fomentava essa medida contra os Kayapó era a existência



dos índios tupi que, em contrapartida, eram considerados de fácil domínio. Por meio desse contraste, ergueram-se sucessivas imagens umbráticas que serviram de justificativa para uma guerra de extermínio contra esses indígenas.

Mas não só, além dos Kayapó meridionais na região do sertão da Farinha Podre e parte do oeste da Minas Gerais haviam também negros fugidos da escravidão que se ajuntavam em quilombos. Os primeiros registros históricos da existência de quilombos na região são de 1746 (BARBOSA, 1972, LIMA, 2008; MARTINS, 2008), quando as frentes de expansão atacam um quilombo em Cristais, a noroeste do atual Triângulo Mineiro. A partir desse momento, em direção sudoeste, os negros fugidos passam a se deslocar e formar quilombos em áreas da região em foco (MANO, 2015).

Grande parte dos documentos sobre esse quilombo foi datado desde 1769, nas cartas de Inácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares, indicando a existência de mocambos localizados na região que compreende hoje o município de Ibiá e Campos Altos, conhecido como Quilombo do Ambrósio (MARTINS, 2008). Como bem se lê na carta de Pamplona ao Conde de Valadares “parado alguns dias de jornada cheguei ao famigerado quilombo do Ambrosio que tam extraordinária revolução causou atodos os povos destas minas”³. Mais adiante salienta ainda que nessa região era comum o convívio de “gentio brabo e quilombos de negros”⁴. O quilombo de Campo Grande ou Ambrósio acolhia cerca de 27 núcleos. Nota-se, de fato, uma grande concentração de negros fugidos que, obviamente, não passaram despercebidos. Assim, os ataques das tropas militares não se restringiam ao “gentio Cayapó”, mas também aos quilombos de negros e as redes de contato das minas setecentista.

A explicação da longevidade dos quilombos em geral, e em específico, o do Campo Grande, por anos, foram relacionadas as teias de contato com distintas categorias do mundo colonial – negras forras, brancos livres e pobres, donos de vendas e índios – como apêndices, estes grupos, corroboravam na propagação da estrutura desses redutos (AMANTINO, 2001, LIMA, 2008). Seja no simples ato de ir à contumácia das regras dos senhores de engenhos, na fuga para as matas ou até mesmo ao fornecer mantimentos aos quilombos. Com esse aporte, a manutenção/longevidade dos quilombos poder-se-ia alçar patamares inimagináveis aos administradores locais e a



Coroa portuguesa. Desse modo, à criação desses redutos, donde se cruzavam e entrecruzavam peculiaridades tão distintas, construíram e impuseram a sua importância nas vicissitudes históricas.

A rede comercial das Minas setecentista, segundo Carlos Guimarães (2003), constituía-se como umas das principais dinâmicas do mundo colonial, justamente por ser trânsito de mercadorias e pessoas. Antiga como o próprio processo de colonização, ali residiam as atividades essenciais à propagação da vida social das Comarcas. As trocas comerciais iam desde a venda de produtos alimentícios, de vestuários até a venda de gados e escravos. Circulavam agentes e indivíduos das mais distintas categorias sociais, mantendo, sobretudo, a clientela dos segmentos menos abastados da estrutura hierárquica – negros livres, escravos, brancos desditosos, alguns senhores, capitães-domo, alfaiates, pedreiros, carpinteiros entre outros (AMANTINO, 2001; GUIMARÃES, 2003). Nota-se a existência de uma grande miscelânea de produtos, segmentos e interesses, logo, um ambiente permeado pelo contraste de interesses e na iminência de conflitos.

As negras forras, egressas da condição escrava, muitas vezes adquiriam as vendas como propriedade lucrativa justamente por serem estabelecimentos fincados na informalidade e com isso demandavam poucos recursos para a sua manutenção (GUIMARÃES, 2003). Quando proprietárias ajudavam na difusão e custeamento dos quilombos conforme descrito no Registro de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos Governadores ao Rei de 1722, publicada por Antônio Rodriguês Romão (1925) na medida em que:

[...] assistem muitas vezes com ouro, mantimentos, pólvora e chumbo aos quilombos de negros fugidos que nas casas destas depravadas fazem os seus ajuntamentos e tomam as suas resoluções para insultar e desinquietar com sumo perigo aos brancos nas suas fazendas [...] (ROMÃO, 1925, p. 740-748).

Quiçá essa relação amistosa de resistência mútua imbrica-se com o passado análogo de escravidão além da mesma origem africana, denotando que apesar de inscritos em condições hierárquicas distintas – forros e fugidos – guardavam consigo laços solidários de um lugar comum. É claro que não se pode restringir o amparo,



somente, a negras forras, outros atores compunham esse *know-how* de cooperação (GUIMARÃES, 2003).

Muitos vadios corroboravam para a manutenção dessa resistência por intermédio também das vendas, um mocambo que localizava próximos as circunvizinhanças e em grande parte do tempo ficavam alheios ao poder tentacular do Estado e é nesse interim que corroboravam para a reprodução e transformação das estruturas quilombolas. Nesse sentido, vários interesses convergiam no reduto das vendas sob a figura dos agentes sociais. Brancos livres, garimpeiros clandestinos, senhores de engenho e alguns escravos obtinham no comércio ilegal com os quilombos vantagens materiais e monetárias. Isso porque os quilombolas quando saqueavam vilas, fazendas e roças vendiam ou trocavam os excedentes com essas categorias, recrudescendo a informalidade na região e causando temores aos administradores locais (AMANTINO, 2001; GUIMARÃES, 2003).

Porém, as vendas não se limitavam a esta única face econômica, de um mero trânsito comercial. Eram lugares de encontros amorosos, jogatinas noturnas além da obtenção de notícias e informações, sobretudo, àquelas consoantes as expedições enviadas para combater os mocambos. Nessa conjuntura, estava tão vulgarizado o papel das vendas que as autoridades coloniais não distinguiam aquelas de negros ou de brancos livres e pobres, ambas eram ameaças à consolidação e permanência do sistema escravocrata, de tal modo que eram identificadas igualmente como quilombos (AMANTINO, 2001). Segundo Lima (2008) esses espaços atuaram também como catalisadores e apêndices para a fuga de escravos insatisfeitos com os grilhões das senzalas.

O que podemos supor é que o medo não se avultava apenas diante dos quilombos e indígenas hostis habitantes do sertão, mas transcendia também para os desclassificados sociais, na figura das vendas. Obviamente, por não fazer parte da malha urbana e classificada não se tinha uma segurança quanto as ações desses sujeitos.

Emergência de um Conluio?



Com essa envergadura analítica, de olhar para uma complexidade de relações, pretendemos não só romper com o conceito de quilombo, mas também com a ideia de que esses redutos agiam, apenas, dentro do binômio – fuga/resistência. Isso porque, quando entendemos os quilombos enquanto parte do sistema econômico escravocrata, logo ele não se consubstanciaria somente como fuga, mas também como parte da engrenagem comercial (RAMOS, 1996). Diante dessa premissa, levantamos a hipótese da existência de redutos de fuga/resistência, mas dentro de *comunidade livres e autônomas*. Essa hipótese pode ser avultada pelo conceito criado por Flávio dos Santos Gomes (1996), de campo negro “(uma complexa rede social) permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos” (GOMES, 1996, p.36).

E no campo Grande parece que não foi diferente. Para além da morada de índios e negros, esse espaço parece ter sido também habitado pelos brancos livres e pobres sob a alcunha de vadios ou desclassificados sociais, denotando, a priori, “uma complexa rede social [...] multifacetada” (GOMES, 1996, p. 36). Esses espaços eram caracterizados por serem habitações permeadas por pilões e roças feitas de maneira autônoma e livre, longe de qualquer domínio do “grande proprietário ou do senhor de escravos” (GOMES, 1996). Obviamente que tal suposição não destoa aos olhos num primeiro olhar, muito pelo contrário, ela está embiocada nas entrelinhas do dito, encoberto nas narrativas do imaginário colonial que, pretendiam ter, não só o domínio destas agremiações, mas, sobretudo, da região.

E isso fica claro quando Pamplona ao fazer menção a região do Campo Grande e aos seus moradores dá indícios de como nesse território “tudo era abundancia de hua profusa fertilidade que junto com os animais ahua ambicosa e diligente agricultura”. Pamplona ainda salienta que pela quantidade de moradores e riqueza para subsistência e economia nem se pode “dar o nome de Campo Grande mas sim de um **emporio** (grifo meu) pella sua grande grandeza para sucego dos povos, com um pouco demil centos”. No Campo Grande “O quilombo ces grande, grandes bandos e com outra precenca [...] de gente com mantimentos”. No arquivo Morgado de Matheus algumas cartas ainda aponta para um conluio estabelecido entre Kayapó e negros fugidos, pois, o “gentio



Cayapo andam bandos a dera com hua aldeya grde. De gente preta econo estaesse formado [...]" . Além disso, ratificando essa ideia de um local com envergadura de morada e autonomia, Gomes salienta que no "Campo Grande, em 1759, uma expedição enviada destruiu dois mocambos, sendo encontrados 'muitos mantimentos e grandes roçarias para o ano futuro'" (GOMES, 1994, p.40)

Como se vê, por ser um local com grandes possibilidade de fazer morada, evidente que conjugaria uma variedade social, logo, era um espaço fecundo de construir teias relacionais oriundas do contato entre diferentes alteridades. De um lado, fica evidente a morada no Campo Grande de negros fugidos e Jê meridionais, especialmente, os Kayapó. Agora, nesse momento, pretendemos compreender o local não só como resistência-fuga, mas como espaço de convívio, de comunidades, que abarcariam também os desclassificados sociais. Isto é, teríamos sim espaços de resistências, mas muito mais "uma busca de liberdade e espaços de autonomia" (GOMES, 1994, p.26)

Para realizar tal empresa, pretendemos aliar os conhecimentos históricos e antropológicos com as fecundas análises da arqueologia. Segundo Gomes (1994), como a documentação não nos muni amplamente de todas as características necessárias para compreender de fato esses espaços, nada melhor que aliar a área arqueológica. Para isso, iremos fazer um mapeamento dos sítios que versam sobre os quilombos em geral e, em específico, do sítio do Quilombo do Ambrósio feito por um relatório de trabalho de campo no quilombo de campo grande /ambrósio – mg. em 2010.

A importância de alinhar a arqueologia ao debate se inscreve justamente na possibilidade de se encontrar vestígios que possa construir junto a antropologia e a história um quadro mosaico completo. Isso se concretiza na descoberta dentro do sítio arqueológico do Quilombo do Ambrósio blocos de barro, remetendo, em sentido lato, as habitações quilombolas construídas de pau-a-pique e de barro (GOMES, 1994). Elas tinham tamanho e formas diversas que segundo Guimarães apontam para uma arquitetura com cobertura vegetal comum entre "escravos, forros e população miserável" na sociedade escravista mineira nos séculos XVIII e XIX" (GUIMARÃES, s/d, apud, GOMES, 1994, p. 38).



Nesse ponto, concordamos com a hipótese de Guimarães, avultada pelos achados arqueológicos de que, os quilombos para além de comunidade livres e autônomas compostas por negros, contava também com a presença de homens livres e pobres. E aqui inserimos a hipótese apresentada nesse trabalho sob a presença também de indígenas habitantes no Campo Grande, para então apresentar uma complexa rede de alteridade e identidades que provavelmente existiu no século XVIII entre negros fugidos da escravidão, Jê meridionais, em especial, os Kayapó, e homens livres e pobres sob a alcunha de vadios/desclassificados sociais.

Fontes e referências bibliográficas:

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. 2001. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin. Negros e índios e índios e negros: introdução. In: CARVALHO, Maria Rosário de; REESINK, Edwin; et. al. *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011, p. 7-22.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará*. Luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

GINZBURG, c. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das letras, 1989, p. 143-179.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambo e mapas nas minas: novas fontes para a história social dos quilombos nos Brasil (minas gerais, séc. XVIII). In: *Textos de História*, 1994, p. 27-57.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombo e Palmares – Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; et. al. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Cada venda é um quilombo: Escravismo e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (Século XVIII). *Anais da quinta jornada setecentista*. Curitiba, p. 177-19, 2003.



LOURENÇO, Luiz Augusto Bustamante. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista* (segunda metade do século XIX). Uberlândia: edufu, 2010.

MANO, M. Sobre as penas do gavião mítico: história e cultura entre os Kayapó. In: *Tellus, Campo Grande*, ano 12, n. 22, p.133-154, jan./jun.2012.

_____. Contato, Guerra e Paz: Problemas de tempo, mito e história. In: *Política e Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, Uberlândia, n.34, p.193-212, Abril de 2011.

_____. Índios e negros nos sertões das minas Contatos e identidades. In: *Varia História, Belo Horizonte*, vol. 31, n. 56, p. 511-546, mai/ago 2015.

_____. Relações Interétnicas e a História do Contato: negros, índios e brancos no Triângulo Mineiro. *VI Seminário Racismo e Educação & V Seminário de Gênero, Raça e Etnia*, Uberlândia, 2010. 1 CD Room.

MARTINS, Tarcísio José. O Ambrósio de Ibiá – Tombamento Equivocado. In: *Quilombo do Campo Grande - a história de Minas que se devolve ao povo*. 2. ed. Contagem: Santa Clara Editora e Produção de Livros, 2008, p. 301-315.

MONTEIRO, John M. *Negros da Terra* – índios e bandeirantes na formação de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

ROMÃO. F. *Registro de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos Governadores ao Rei*. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial/ Secretaria do Governo, Ouro Preto, 1925.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história no reino das ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 311 – 338.

* Este trabalho é resultante de uma pesquisa desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Marcel Mano (UFU). E-mail: <marcelmano@incis.ufu.br>.

** Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: <danielasantos.alves@hotmail.com>.



IV Semana de História do Pontal

III Encontro de Ensino de História

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA

na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal

29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



¹Aqui faz se fulcral estabelecer alguns pontos de discriminação da grafia deste grupo étnico. Em análises primevas, é importante acentuar que na grafia dos documentos o termo Cayapó aparece com “C”. Contudo, o termo adotado pela Associação Brasileira de Antropologia refere-se ao grupo indígena Kayapó com “K”. Assim, no presente trabalho vamos seguir as normas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) quanto a substituição das letras “c” e “q” pela “k” quando fizermos menção a esse grupo indígena dentro do campo etnológico. Todavia, quando a referência for aos documentos setecentistas, no qual vamos respeitar a ortografia, o nome vem associada a letra “c”.

² Informação de Ignácio Correia Pamplona, mestre de campo regente, a dom rodigo josé de menezes, governador, sobre o ataque de índios caiapós na fazenda medeiros e sobre a morte de um crioulo durante a invasão. Arquivo Público Mineiro. Secretaria do Governo da Capitania. SG-CX.12- DOC. 25, 1782.

³ Vale ressaltar que para manter uma uniformidade na transcrição das fontes consultadas, neste trabalho, vamos manter a grafia original de cada documento, respeitando *ipsis litteris* aquilo que foi registrado.

⁴ Instrucao de expedicao que fais desta estancia de são simao do rio das ajudas, no dia 4 de julho de 1769. arquivo conde de valadares, ms 575 (1). carta de ignácio correia pamplona ao conde de valadares. s/l, s/d- biblioteca nacional – secção de manuscritos – microfilme i- 18.2.6 - doc. 7, p. 104.